

CRÍTICA, ÉTHOS, VIRTUDE E A QUESTÃO DO GOVERNO EM FOUCAULT

CRITIQUE, ETHOS, VIRTUE AND THE QUESTION OF GOVERNMENT IN FOUCAULT

*Helrison Silva Costa*¹

Resumo:

O ano de 1978 é de importância central para o conjunto dos estudos levados a cabo por Michel Foucault em seu último período. Nele convergem inflexões de propostas anteriores e se produz um entroncamento onde se cruzam os eixos do saber, do poder e dos modos de subjetivação. É aí também que a analítica do poder se estende a uma genealogia da governamentalidade que rastreia as práticas de governo e as formas de contracondutas que constituem o terreno da atitude crítica. Assim, o objetivo deste artigo é explorar a importância da atitude crítica no percurso intelectual de Foucault, como um *éthos* característico da modernidade e também como uma virtude capaz de colocar em questão as práticas de condução de condutas. Nesse quadro, queremos demonstrar que o interesse de Foucault pelo texto de Kant se dá pela problematização das práticas de governo que interroga a modernidade e a *Aufklärung* em proveito de seu próprio projeto crítico.

Palavras-chave: Atitude crítica, Virtude, Kant, Práticas de Governo.

Abstract:

The year 1978 is of central importance for the set of studies carried out by Michel Foucault in his last period. It is where inflections of previous proposals converge and a junction is produced where the axes of knowledge, power and modes of subjectivation intersect. It is also where the analytic of power extends to a genealogy of governmentality that tracks the practices of government and the forms of counter-conduct that constitute the terrain of the critical attitude. Thus, the objective of this paper is to explore the importance of critical attitude in Foucault's intellectual path, as a characteristic ethos of modernity and also as a virtue capable of questioning the practices of conduct of conduct. In this context, we want to demonstrate that Foucault's interest in Kant's text arises from the problematization of government practices that interrogate modernity and *Aufklärung* for the benefit of his own critical project.

Keywords: Critical Attitude, virtue, Kant, practices of government.

¹ Doutor em Filosofia pela UFMG, e-mail: hcosta.fil@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1124828490201648>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1061-3818>

Introdução

O ano de 1978 é de importância central para o conjunto dos estudos foucaultianos. Nele convergem inflexões de propostas anteriores e se produz um entroncamento onde se cruzam os eixos do saber, do poder e dos modos de subjetivação. As considerações formuladas nas últimas décadas são reelaboradas e dispostas em uma curva ascendente, em um “movimento de espiral”, cujo efeito é a abertura para intercursos ainda não explorados que se desdobram nas investigações em torno do governo de si e dos outros. A analítica do poder se estende a uma genealogia da governamentalidade que persegue as práticas de governo e as formas de *contracondutas* que constituem o terreno da atitude crítica.

Na genealogia foucaultiana as práticas de governo passando pelo *pastorado* provocaram a criação de *contracondutas* que caracterizam o que Foucault denomina *atitude crítica*. A noção de *atitude crítica* apresentada de forma inédita em 1978 é utilizada para designar o comportamento característico da modernidade em relação à condução de condutas. Ademais, é identificada como um *éthos* filosófico que possibilita a realização de uma prática histórica propulsora de uma reflexão sobre o presente. Dito de outro modo, o *alastramento* das práticas de governo corresponde à “*governamentalização da sociedade*” (FOUCAULT, 2015, p.35), no início da modernidade, o que é acompanhado da criação de um *éthos* próprio desse período. Assim, a emergência da *atitude crítica* acontece de forma concomitante à multiplicação das artes de governo que extrapolam o campo do *pastorado cristão*. Isso marca o início da modernidade com a questão sobre como governar em diferentes âmbitos (pedagógico, político, econômico...) e em “todas as instituições de governo, no senso amplo que tinha a palavra *governo* naquela época” (FOUCAULT, 2015, p.35).

Evidenciar esses aspectos é importante para que notemos a preocupação com a *atitude crítica* no cerne do problema do governo. Ela é indissociável da problematização das práticas de governo das condutas desde o *pastorado cristão* até a governamentalidade moderna e que nos cursos da década de 80 remonta à Antiguidade greco-romana como forma de problematizar as práticas antigas de governo de si e dos outros, perpassando as práticas políticas e as práticas éticas de direção de consciência.

Foucault (2015, p.36) nota que a preocupação sobre como governar vem acompanhada da questão: “como não ser governado?”. O incremento de práticas de governo teve como efeito a produção de um modo de ser e de agir que procura limitar os excessos de interferência do poder sobre a conduta. Assim, a relação entre crítica e governo caracteriza-se não por uma oposição absoluta e recusa do poder, mas por uma “*inquietação em torno da maneira de governar*”, que coloca a questão de “como não ser governado desse modo, por aquilo, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não por isso, não por eles” (FOUCAULT, 2015, p.37). A *atitude crítica* não implementa um movimento contestatório estendido a toda e qualquer forma de governo. O que se tem são arranjos a partir do poder que se exerce com as práticas que possibilitam aos sujeitos se conduzirem a si mesmos sem a aceitação irrestrita de governos alheios. Trata-se de uma maneira refletida de colocar-se frente às práticas de governo. Assim, se a governamentalização produz assujeitamento, a *atitude crítica* é a prática que vai atuar como *desassujeitamento* no jogo de forças de uma “*política da verdade*” (FOUCAULT, 2015, p.35), compondo campos

estratégicos onde os sujeitos “constituem-se como sujeitos de suas práticas ou recusam, pelo contrário, as práticas que lhe são propostas. Tendo isso em conta, nosso autor lança mão de uma caracterização da atitude crítica ao descrevê-la como uma “forma cultural geral ao mesmo tempo moral e política” que corresponde à “arte de não ser governado desse modo” (FOUCAULT, 2015, p.36), uma arte que delibera sobre a relação consigo e com outros para criar um modo de vida singular. Nota-se, assim, que a crítica é uma postura do sujeito para com as práticas de poder em sua relação com o mundo, um modo de agir e refletir sobre suas ações diante de determinações externas.

Nesse quadro, consideramos que o interesse de Foucault pelo texto de Kant passa pela problematização das práticas de governo de si e dos outros. A atitude crítica surge no lastro das contracondutas em relação ao poder pastoral e à razão de Estado na genealogia das práticas de governo e pode ser pensada junto à prática filosófica que se organiza na *Aufklärung*, enquanto interrogação que coloca a relação entre as práticas de saber e poder na forma da governamentalidade. Com efeito, a atitude crítica seria para Kant o movimento de saída da menoridade. Ao pensar esse problema, Kant efetua a tarefa de reflexão do próprio presente na forma de uma ontologia que, acreditamos, Foucault toma como escopo de sua própria filosofia crítica.

O ethos crítico

O tratamento da atitude crítica coloca Foucault novamente em contato com Kant e com o tema da crítica. De fato, entre os anos de 78 a 84, essa temática ocupou parte importante das reflexões do autor e se relaciona à abordagem das práticas de governo, possibilitando entender a crítica como ontologia de nossa atualidade, voltada à compreensão de nosso ser histórico. Antes desse período, contudo, o tema da crítica e a presença de Kant se fazem notar desde os primeiros estudos de Foucault em trabalhos como sua tese complementar, *Introduction à l'Anthropologie de Kant*, que já traz a denúncia quanto à dificuldade de o pensamento moderno e ocidental escapar à ilusão antropológica que Kant havia feito imergir toda a filosofia.

Como indica Edgardo Castro (2015, p. 30), com a leitura que Foucault faz de Kant nesse período, o autor “converte as conclusões de suas investigações anteriores em diagnóstico geral do pensamento contemporâneo”. A denúncia do sono antropológico da filosofia moderna se aprofunda em *Les mots et les choses*, assumindo o papel de crítica das relações de saber do pensamento ocidental, graças à ativação da arqueologia que escava as condições de possibilidades dos saberes de cada época e o seu *a priori* histórico. O autor tem em mente investigar se “não seria possível conceber uma crítica da finitude que fosse libertadora tanto em relação ao homem quanto em relação ao infinito e que mostrasse que a finitude não é termo, mas curva e nó do tempo onde o fim é começo?” (FOUCAULT, 2011, p.111). Para isso, move-se não pela fluidez de uma evolução continuada da razão, mas pelos cortes e rupturas entre os saberes, como os que marcam as descontinuidades epistêmicas entre o Renascimento (semelhança), a Idade Clássica (representação) e a Modernidade (analítica da finitude), bem como pelas aproximações epistêmicas antes separadas, fazendo a crítica das formações dos saberes na modernidade.

Temos assim que, pensando a filosofia, Foucault enceta uma crítica das formações dos saberes. Desconfiado do caráter ilusório da antropologia kantiana

e da referência que ela faz a um sujeito autofundado, a arqueologia de Foucault parte da crítica à analítica da finitude (ao cientificismo e ao humanismo) e a encontra na crítica das ciências humanas e no lugar relegado por ela ao sujeito, sua linguagem e subjetividade, que “ao projetar os conteúdos empíricos para o campo da consciência” acabam “repetindo em si mesmas a instabilidade da própria analítica da finitude” (CASTRO, 2014, p. 48). Não sendo possível neste trabalho discutir em detalhes essas questões, gostaríamos apenas de reter o fato de que existe uma formulação de crítica no Foucault dos anos 60 que, a partir da leitura de Kant, se dirige ao pensamento moderno. Sabendo disso, não é nosso intuito fazer a genealogia da crítica de Foucault e acompanhar os deslocamentos dessa noção em todo seu percurso. Assim, a crítica tomada como objeto de nosso estudo diz respeito àquela que é formulada a partir de 78, junto com o tema das práticas de governo. Mais especificamente trata-se da crítica retomada como atitude e como *éthos* filosófico caracterizado como uma virtude.

De início, é preciso considerar que o projeto crítico de Foucault, anunciado em 78, está fortemente ligado ao conjunto de problemáticas de seu último período, no qual se concentra os estudos da Antiguidade. Não por acaso esse período é marcado por deslocamentos que, acreditamos, estão relacionados à crítica, como ocorre com o deslizamento do poder até a governamentalidade, com a entrada da *parresia* e a elaboração de uma ontologia histórica. Isso é o que nos lembra Laura Cremonesi (2013, p. 128) quando afirma: “é, portanto, no mesmo momento, em 1978, que Foucault começou a elaborar sua ideia de crítica e sua leitura do mundo antigo”. Podemos, desde aí, pensar como se elabora a crítica para Foucault no desdobramento de suas pesquisas derradeiras. Além disso, podemos perguntar em que circunstâncias a crítica toma forma em Foucault, já que à primeira vista, esse tema parece surgir de modo tão irruptivo. Mas será realmente assim? Não existiriam circunstâncias capazes de explicar a entrada da crítica justamente nesse período, ou não haveria algo que teria levado Foucault a retomar o tema crítica em 78, sob aspectos bastante distintos de anos antes?

Para uma resposta satisfatória a essa questão, podemos considerar um caminho possível no prolongamento dos estudos foucaultianos de 1978 a 1984 no qual se tentaria encontrar o interesse pela crítica no período final do autor.

Primeiramente, é em uma conferência, agora emblemática, dirigida aos membros da Sociedade Francesa de Filosofia em 1978 que Foucault nos apresenta uma primeira formulação de crítica sobre a qual destacamos alguns aspectos.

A começar, nosso autor (2015, p. 34) trata logo de afirmar que o lugar da crítica está situado no espaço deixado “entre a alta empresa kantiana e as pequenas atividades polêmico profissionais”. A crítica da qual ele fala não está restrita à filosofia, ainda que não a exclua, mas é qualquer coisa em *vis-a-vis* com a filosofia, ao mesmo tempo próxima a ela e contra ela. Bem, esse lugar específico da crítica foucaultiana é aquele encontrado em “uma certa maneira de pensar, de dizer, de agir” que envolve “uma certa relação com o que existe” (FOUCAULT, 2015, p. 34) e, igualmente, com a sociedade, com a cultura e com os outros, na forma de uma atitude. Foucault fala da crítica, mas não em termos kantianos, como verificação dos limites do conhecimento. No esforço de desvencilhar-se da crítica epistemológica, Foucault propõe (2015, p. 35) uma outra concepção: “Há algo na crítica que se aparenta à virtude. E de certo modo, é sobre isso que eu gostaria de vos dizer, a saber, da atitude crítica como virtude

em geral”.

Tal afirmação, apresentada de modo discreto se consideramos suas implicações, toca em aspectos centrais para o entendimento da crítica. Primeiramente, mostra que ela não é um instrumento teórico, cuja função seria a de julgar a razão, já que está mais próxima de “uma certa maneira de pensar de dizer, de agir igualmente, uma certa relação com o que existe, com o que se sabe, com o que se faz, uma relação com a sociedade, com a cultura, uma relação com os outros” (FOUCAULT, 2015, p. 34). Por essas características, a crítica pode ser pensada tanto como uma prática histórica quanto como uma atitude que corresponde a um *éthos* filosófico. Cabe, assim, examinar de que modo esse *éthos* equivale a uma virtude.

Atitude crítica como virtude

Nos dicionários de filosofia, a virtude é definida, em termos abrangentes, como sendo as qualidades, as características, ou a natureza de algo ou alguém. Mais especificamente pode-se falar em uma capacidade ou potência. Prevalece também a consideração da virtude como um problema moral e político — que toca à constituição dos bons cidadãos ou do sujeito que luta pela garantia dos direitos políticos universais.

No decorrer da história da filosofia essa relação entre virtude e moral foi considerada de distintos modos, dentre os quais se inclui o de Nietzsche que pensa a virtude como potência. Para ele, é preciso dominar as virtudes, sem submetê-las a uma verdade moral, o que implica em livrar-se do peso moral quanto ao cumprimento de um dever. Foucault parece compartilhar do entendimento nietzschiano quanto ao caráter livre e aberto da virtude que “não se impõe” e não se universaliza porque não se ancora em nenhum fundamento moral. A virtude nada tem a ver com qualquer julgamento moral ou político, por isso nada impede que o sujeito que pratica a virtude, exerça também a insubordinação. A atitude crítica assume o aspecto de virtude, colocada no bojo de relações morais e políticas por se tratar de um comportamento que diz respeito a uma certa relação com o mundo. A virtude parece consistir nas próprias práticas exercidas pelos sujeitos inseridos em relações sociais, sendo menos uma qualidade a ser alcançada e mais uma ação. A virtude é uma forma que se refere a um modo (indeterminado) de agir. Ela não é um conteúdo capaz de qualificar o sujeito.

Quem se preocupou em examinar o tema da virtude em Foucault foi Judith Butler (2013, p.164) em seu texto *What is critique? An essay on Foucault's virtue*. Eis o que diz a pensadora:

A virtude é geralmente compreendida ou bem como atributo ou prática de um sujeito, ou bem como qualidade que condiciona e caracteriza determinado tipo de ação ou prática. Ela pertence a uma ética que se cumpre não meramente pela obediência objetiva às leis e às regras formuladas. E a virtude não é apenas um *modo* de consentir ou de se conformar com normas preestabelecidas. Ela é, mais radicalmente, uma relação crítica com essas normas que se delinea, segundo Foucault, como uma estilização específica da moralidade.

Butler comenta esse tema levando em consideração não só a conferência de 78 como os textos da década de 80. A leitura de Butler acerta em mostrar que a virtude é algo que se relaciona mais às ações e práticas do sujeito, do que ao

sujeito ele mesmo (no sentido clássico que permite o adjetivo virtuoso). Com isso, ela enfatiza a aposta foucaultiana de compreender as relações sociais nas práticas que a sustentam, em vez de buscar uma explicação no sentido que um sujeito atribui às suas ações.

Além do mais, a comentadora aponta que a virtude, contrariando o sentido moral comum, se caracteriza mais pela desobediência, pela alteração das regras, do que com seu consentimento. Isso posto, a virtude não pode ser entendida como uma qualidade derivada de uma adequação ou cumprimento das regras de comportamento. Ao contrário, a virtude é pensada de forma desubstantivada, comportando uma indeterminação que, pela sua não conformidade a nenhuma orientação fixada previamente, possibilita a interpelação crítica das normas e dos sistemas de obediência para estabelecer um outro conjunto de práticas que alteram as relações de governo. A virtude assim compreendida se desprende do peso da moralidade orientada pela “boa ação” ou “ação virtuosa” que quase sempre corresponde ao cumprimento das regras morais estabelecidas. Em Foucault, a virtude não é o atributo do sujeito obediente, mas do sujeito cujas práticas se ancoram na atitude crítica e que dispõe da coragem para desobedecer às exigências sociais, mesmo sob o risco de que sua subjetividade seja lançada na abertura indefinida provocada pela ausência de orientações normativas.

Assim, na Introdução de *L'usage des plaisirs* a noção de virtude serve para “ultrapassar a concepção de filosofia ética que emite um conjunto de prescrições” (BUTLER, 2013 p. 164). Com isso, Butler (2013 p. 164) afirma que o francês: “busca fazer de seu próprio pensamento um exemplo de investigação moral não prescritiva”. A atitude crítica como virtude ocupa, nesse enquadramento, papel privilegiado, ao tornar possível a problematização do poder. Isso nos permite concordar com a seguinte observação da pensadora (2013 p. 168):

A virtude que Foucault aqui nos apresenta, seja ela qual for, terá que ver com a objeção contra a imposição do poder, contra os seus custos, contra o modo como ele é administrado por aqueles que o administram. Poder-se-ia pensar que Foucault estaria apenas a descrever a resistência, e de fato parece que aqui a ‘virtude’ tomou o lugar deste termo, ou ainda, que ela se tornou o meio pelo qual a resistência se redescreve.

A intuição de Butler parece correta em situar a virtude no mesmo campo que a resistência. Contudo, assinalamos que é preciso cuidado para não se afirmar uma substituição de uma noção por outra. Destaca-se o fato de que a virtude serve como um instrumento heurístico que permite a Foucault abordar a sexualidade grega a partir da estilização das práticas em detrimento de seus aspectos proibitivos. Ao mesmo tempo, isso ecoa no próprio proceder investigativo foucaultiano que procura formular uma filosofia cuja descrição das práticas não produza um conteúdo fixado capaz de servir como orientação normativa. O autor não aposta em um retorno à moralidade antiga. Ele lança o convite para que a nossa relação com a moral possa ser feita a partir da estilização das regras de conduta, o que requer a virtude da atitude crítica.

Assim, de acordo com a pensadora: “a experiência moral tem que ver com a transformação de si instigada por uma forma de conhecimento que é estrangeira àquela com a qual o sujeito se acostumou. E essa forma de experiência moral será diferente da submissão a um comando” (BUTLER, 2013 p. 164). Portanto, estilizar uma moral, significa fazer dela uma experiência, o que implica, muitas vezes, em não acatar um preceito normalizador, desobedecer, agir de outro

modo. E é possivelmente esse aspecto da experiência grega que tanto exerceu atração sobre Foucault e sobre sua concepção filosófica.

De fato, a crítica se debruça sobre o domínio da experiência. A experiência se refere à atuação dos sujeitos pela qual, ao mesmo tempo, se produzem as práticas e os sujeitos são constituídos. Desse modo, a abordagem de uma prática histórica como colocada pela crítica faz “aparecer os processos próprios a uma experiência em que o sujeito e o objeto se formam e se transformam um em relação ao outro e em função do outro” (FOUCAULT, 2017, p. 631). Aparece também uma história da verdade na forma “dos jogos do verdadeiro e do falso através dos quais o ser se constitui historicamente como *experiência*, isto é, como podendo e devendo ser pensado” (FOUCAULT, 2017, p. 1361). A atitude crítica de modernidade, por exemplo, é a maneira produzida pelos modernos para vivenciar sua experiência do real.

Essa caracterização da crítica como uma virtude contribui para que se possa pensá-la como uma prática. A crítica não se identifica com nenhum sistema filosófico, tampouco se limita à atividade teórica da filosofia. Antes, a crítica caracteriza-se pela dispersão, sendo exercida em práticas variadas e sempre “em relação à outra coisa que ela mesma” (FOUCAULT, 2015, p. 34). Dispersão e abertura marcam a atuação da crítica. A crítica atuante nas práticas sociais não vigia a dinâmica dessas relações para controlar os rumos que elas devem tomar ou dizer aos sujeitos o que fazer. A crítica se apresenta, assim, como um instrumento de apreensão do real, certamente, mas na forma de um “devir ou uma verdade que ela não saberá e que ela não será” (FOUCAULT, 2015, p. 34). Ela é abertura e indeterminação de uma política da verdade a ser criada e de uma vida outra a ser vivida.

A questão do governo

Retomando aspectos já mencionados, podemos afirmar que a crítica se estabelece como um desígnio prático e historicamente localizado. A assimilação que Foucault faz dela em seu pensamento decorre da genealogia das práticas de governo. Portanto, o problema da crítica não se circunscreve a uma discussão teórica ou a um debate com Kant. A posição de Foucault não é a de um historiador da filosofia que discute o tema da crítica. Ele se coloca como um genealogista que faz a problematização das relações de poder e localiza a questão crítica no bojo da governamentalidade.

Esse entendimento é favorável à leitura empreendida por Lorenzini e Davidson na introdução que fazem à edição francesa da conferência de 78 na qual afirmam que a atitude crítica não parte do pensamento de Kant, já que é arregimentada a partir das contracondutas pastorais. Desse modo, a referência a Kant aparece de maneira ulterior, como uma outra maneira de abordar as questões suscitadas pela modernidade, estando ligada ao rearranjo das práticas de governo na questão da *Aufklärung*. Nesse sentido, Kant aparece cabalmente como um autor incontornável da modernidade, momento em que toma maior amplitude e importância a questão de como governar e como ser governado, além do que a própria modernidade aparece como um *éthos* filosófico. Sem a pretensão, portanto, de desconsiderar a presença de Kant no projeto crítico foucaultiano, apenas queremos frisar que esse mesmo projeto é inteiramente situado no quadro das relações de governo de si e dos outros, o que nos deixa a tarefa de compreender em que termos isso ocorre.

Também para Cremonesi (2013, p. 128) a definição de crítica em 78 “repousa quase inteiramente sobre o conceito de governo”, desempenhando “um papel chave na atualização foucaultiana da crítica” já que “a emergência histórica da crítica – entendida como atividade concreta – deve ser relacionada à aparição desse conjunto de técnicas de poder que ele reúne sob o nome de ‘governo’”. Foucault (2015, p. 37) é bastante explícito em fazer aproximar crítica e governo. De fato, como primeira definição da atitude crítica ele aponta que a atitude crítica se constrói “ao mesmo tempo como parceira e adversária das artes de governar como maneira de desconfiar-se delas, de recusá-las, de limitá-las, de encontrar nelas uma justa medida, de transformá-las, de procurar escapar a estas artes de governar”, sendo ela própria caracterizada nessa relação “como arte de não ser governado”, ao mesmo tempo em que atua como “linha de desenvolvimento das artes de governar”.

Ora, seria preciso, então, examinar o problema da crítica foucaultiana por uma via que não intenta uma interpretação da relação entre Foucault e Kant capaz de delinear os possíveis pontos de aproximação e distanciamento entre os dois autores. Em vez disso, consideramos mais profícuo considerar a presença de Kant, neste momento da genealogia, pela contribuição que o autor oferece quanto ao problema do governo na modernidade.

Primeiramente, o francês interpela o texto kantiano pela perspectiva da governamentalidade e, assim, aproxima a atitude crítica do movimento de saída da menoridade que Kant descreve em sua definição de Esclarecimento. Interessa a Foucault, leitor de Kant, analisar a formulação no seio da modernidade, a relação entre governo de si e dos outros que já havia sido colocada pelo debate sobre o Esclarecimento, de modo que, acreditamos, não é para se aproximar de Kant que nosso autor estuda a crítica. Em suma, o tema do governo é a via que o leva, em 78, de volta a Kant, mas agora em uma abordagem que, imantada pelo tema do governo, pouco considera os meandros teóricos e o mérito das questões internas à economia do texto kantiano.

Pensamos, assim, que falar em uma reivindicação de uma herança kantiana por Foucault, só faz sentido se considerarmos que ela acontece como um gesto que tenta inserir a *Aufklärung* na genealogia da crítica. Ou como afirma Cremonesi (2013, p. 129) porque Foucault “percebe um ponto comum entre sua própria *démarche* filosófica, a crítica como ‘resposta’ histórica e concreta às práticas de governo do século XVI e a atitude que Kant inscreve na origem das Luzes”. Mas isso não significa que o autor estaria interessado em uma reativação da Crítica kantiana, mesmo que em outros termos. O que lhe interessa é pensar seu próprio conjunto de questões e problemas e a formulação de uma crítica que emoldura seu trabalho filosófico.

Pensamos, assim, que a crítica foucaultiana se estabelece sobre outras questões e se direciona a outros rumos. Ela se preocupa em inserir o debate kantiano na perspectiva da atitude crítica, conforme a distinção que se estabelece entre Crítica e *Aufklärung* na história da filosofia. Tal distinção obliterou o uso da crítica em relação às práticas de governo, devido à ênfase que se deu quase exclusivamente ao problema do conhecimento. De certa maneira, essa distinção acaba por assinalar a distância entre a abordagem empírica da crítica e a própria Crítica kantiana. Desse modo, concordamos com a leitura de Michel Senellart (1995, p. 5) de que “a referência ao modelo kantiano não constitui, para Foucault, um retorno a Kant, mas um esforço para desvencilhar a atitude crítica dos limites nos quais, desde o próprio Kant, a questão crítica a havia encerrado”.

Entendemos, com isso, que o francês não quer replicar a Crítica kantiana em sua discussão das práticas de governo, o que o autor parece pretender é atestar o fato de que o debate sobre o Esclarecimento, na modernidade, abre a via de uma crítica histórico-filosófica da governamentalidade que considera a verdade como prática ligada ao poder que incide sobre os sujeitos. Dito de outro modo, Foucault distingue crítica e *Aufklärung* para assinalar seu interesse em discutir a questão do governo e a prática histórico-filosófica.

Portanto, se há algo que explica a constante recorrência a Kant no fim dos anos 70 e início dos anos 80 é a, também constante, reformulação da questão do governo e da crítica. Isso nos ajuda a compreender o gesto foucaultiano de começar o curso de 83 – que retoma o problema do governo de si dos outros – com mais um comentário do texto de Kant.

A partir dessa compreensão, Foucault (2015, p. 51) distingue a *Aufklärung* da Crítica kantiana. Nosso autor entende que a *Aufklärung* se realiza como crítica na forma de uma prática histórico-filosófica que “avançaria não como uma investigação da legitimidade, mas como alguma coisa que eu chamaria uma prova de acontecimentalização (*épreuve de événementialisation*)”. A prova de acontecimentalização corresponde a um método de trabalho histórico caracterizado por uma dupla função: a de fazer aparecer a singularidade no lugar de uma constante histórica ou antropológica — isto é, em vez de operar juízos que procuram legitimar ou deslegitimar o poder, procura por uma “uma ruptura de evidência” (FOUCAULT, 2001, p. 842), mostrando a contingência dos acontecimentos históricos —; a de encontrar as conexões, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias do que tomamos por evidente, universal e necessário. Assim, a prática histórico-filosófica lida a um só tempo com os poderes na relação que mantém com os saberes e com a racionalidade suscitada para sustentação do poder, ou seja, os jogos de reciprocidade atuantes nas práticas de governo. Foucault ativa, desse modo, seu trabalho como uma forma de problematização das práticas.

Foucault (2015, p. 52) insiste que é preciso caracterizar esse *éthos*. Primeiro, afirma que ele implica na recusa em “ceder à chantagem da *Aufklärung*”. Isso significa encarar as Luzes como um conjunto de acontecimentos que aparece como um domínio de análise, contornando ter que aceitar ou refutar a *Aufklärung*. Em vez disso, “deve-se tentar fazer a análise de nós mesmos enquanto seres historicamente determinados, em certa medida, pela *Aufklärung*”. Trata-se de reafirmar esse *éthos* filosófico enquanto crítica daquilo que dizemos, pensamos e fazemos, “como uma atitude-limite”, isto é, um comportamento que recusa a alternativa de fora e de dentro, situando-se nas fronteiras. “A crítica é justamente a análise dos limites e a reflexão sobre eles” (FOUCAULT, 2001, p. 1393). Logo, recusa da crítica como modo de saber qual limite do conhecimento: “Deve-se, em suma, transformar a crítica exercida na forma de limitação necessária em uma crítica prática na forma de um ultrapassamento (*franchissement*) possível” para podermos encontrar modos de ser ainda não pensados e práticas ainda não realizadas, bem como criar novas formas de vir a ser. Desse modo, o autor caracteriza “o *éthos* filosófico próprio à ontologia crítica de nós mesmos como uma prova histórico-prática dos limites que nós podemos transpor (*franchir*) e, portanto, como trabalho de nós mesmos sobre nós mesmos enquanto seres livres” (FOUCAULT, 2001, p. 1393).

Evidencia-se, assim, a atitude crítica como o *éthos* próprio da modernidade que nos permite levar a cabo uma ontologia de nossa atualidade e de nós mesmos

no exercício inquietante da liberdade. Portanto, o *éthos* da modernidade se realiza como uma atitude limite, um *éthos* filosófico que assimila a crítica à reflexão ética da liberdade para ultrapassar as condições limitantes de nossa experiência, nas quais o sujeito é criado, justamente na fronteira entre as formas de governo e os modos de desassujeitamento.

Examinando o texto de Kant, o francês vai ao cerne da questão do governo na modernidade, muito embora ciente de que o tratamento a esse texto não abarca a complexidade social, política e cultural das Luzes. Assim, lendo Kant, Foucault reformula e aprofunda as hipóteses oriundas de suas incursões genealógicas. A crítica, no lastro da *Aufklärung*, permite a problematização do vínculo existente entre o sujeito e o poder em termos de governo de si e dos outros e ainda, possibilita levar a cabo um certo modo de pensar filosófico que interroga a própria atualidade.

A *Aufklärung* como uma forma de crítica histórica que interroga nossas práticas introduz “na história do pensamento uma questão à qual a filosofia moderna não foi capaz de responder, mas da qual ela jamais conseguiu se desvencilhar” (FOUCAULT, 2002, p. 1381). Trata-se da questão sobre em que consiste o momento em que se vive. Uma questão que, claramente, liga-se à problematização das práticas de condutas em sua relação com a verdade e o sujeito.

Nesse conjunto, o genealogista (FOUCAULT, 2002, p. 1381) nota que a filosofia moderna é marcada pela incessante tentativa de responder à pergunta sobre o que é a *Aufklärung*. Considera, inclusive, que desde Hegel a Habermas, passando por Nietzsche, todas essas filosofias tiveram que lidar com a seguinte questão: “qual é, então, este acontecimento que se chama *Aufklärung* e que determinou, ao menos em parte, isso que nós somos, isso que nós pensamos e isso que nós fazemos hoje?. Kant, é claro, depara-se com essa questão e em sua resposta inaugura a interrogação sobre o presente e uma maneira de pensar o próprio momento em que se vive. Para Foucault (2002, p. 1383), Kant não busca “compreender o presente a partir de uma totalidade ou realização futura. Em vez disso, ele procura por uma diferença: “qual diferença introduz o hoje em relação ao ontem?” (FOUCAULT, 2002, p. 1387). Com efeito, a *Aufklärung* concerne à atualidade, porém a partir de uma diferença irreduzível com o próprio presente, de modo que temos “o ‘hoje’ como diferença na história e como motivo para uma tarefa filosófica”.

Nesses termos, a *Aufklärung* designa sua própria divisa, seu preceito, seu afazer, em relação à história geral do pensamento, da razão e do saber. Essa divisa configura um certo modo de filosofar nos últimos dois séculos que faz com que a filosofia moderna tenha como uma de suas principais funções a de interrogar sobre sua própria atualidade.

Poderíamos dizer, assim, que a *Aufklärung* é para Foucault o nome dado a certo arranjo da governamentalidade no qual estão presentes as práticas de verificação, dentre elas a interrogação filosófica, e de maneira geral, a crítica. Ela é, a um só tempo, a forma que toma o problema do governo na modernidade como também a problematização dessas práticas. Desse modo, o francês aborda o Esclarecimento como um acontecimento de certa periodização histórica, mas enfatizando que se trata de um *éthos*, de uma maneira de ser que corresponde à atitude crítica. É pelas práticas dos sujeitos que se recusam a ser totalmente governados que a *Aufklärung* abre condições para uma ontologia histórica de nosso ser e nossa atualidade. Trata-se de uma prática crítica que cada sujeito

aciona ao erigir contracondutas, ao decidir por modos de agir outros que contornam as determinações externas capazes de pôr em questão o modo como se vive e se obedece.

A resposta kantiana frente à reflexão sobre o próprio presente e à pergunta colocada pela *Aufklärung* é notada por Foucault em sua revisita ao texto de Kant no curso de 83, a saber, a definição, quase totalmente negativa, de *Aufklärung* enquanto saída (*Ausgang*). Essa definição concerne precisamente à saída do estado de menoridade, como questão central do governo. No desenrolar da aula de 5 de janeiro de 1983, bem como no artigo que escreve em 84, Foucault se preocupa em demonstrar, em seus próprios termos, como o texto de Kant discute as práticas de governo de si e dos outros na modernidade.

Na definição de Kant, estamos em menoridade quando um livro toma o lugar do entendimento, um diretor espiritual toma o lugar da consciência, um médico decide nosso regime. O movimento de saída dessa situação se dá na *Aufklärung*, isto é, o estágio no qual a humanidade se utiliza de sua própria razão, sem se colocar sob o jugo de nenhuma outra. Com efeito, o homem é ele mesmo responsável por seu estado de menoridade. Esse movimento de saída pressupõe uma mudança que operará sobre ele mesmo, de modo que a *Aufklärung* é uma divisa (*Wahlspruch*); um traço distintivo que se requer *Auder saper* (Coragem de saber), que faz com que o homem seja ele mesmo responsável por seu estado de menoridade, do qual só poderá sair por meio de uma mudança que operar sobre si mesmo. São os próprios sujeitos que voluntariamente se colocam sobre a direção dos outros, quando não são capazes ou não desejam governar-se a si mesmos.

A *Aufklärung* é, assim, a forma que assume o problema do governo na modernidade enquanto concerne à compreensão de como é possível conduzir a si mesmo, sem a dependência das conduções externas, de como é possível sair de um estado em que se está colocado sob o jugo moral e político de outro, onde as determinações são dadas por um imperativo externo. A resposta que Kant encontra para oferecer aos seus contemporâneos é a de que é preciso ousadia e coragem para conduzir-se a si mesmo a partir de suas próprias determinações, a coragem ética e política de pensar por si mesmo e fazer-se dono de suas escolhas, como um sujeito maior, autônomo e livre.

Em contrapartida, todos aqueles e aquelas que se encontram sob a autoridade do outro, encontram-se em uma relação na qual eles mesmos permitiram e se colocaram, seja por preguiça ou covardia. Dessa forma, o leitor de Kant entende que a saída da menoridade consiste em “um ato, ou ainda, a uma atitude, a um modo de comportamento, a uma forma de vontade que é geral, que é permanente e que não criou de modo algum um direito” (FOUCAULT, 2002, p.1387). O Esclarecimento, no entendimento foucaultiano, não é, portanto, um estatuto ou uma condição estabelecida previamente. Ele se faz por uma atitude e pela prática crítica do sujeito que decide pensar por si mesmo para não ser governado e “se define por uma relação entre o uso que fazemos, ou que poderíamos fazer, de nossa própria razão e a direção dos outros” (FOUCAULT, 2002, p.32). Com isso, o sujeito está diretamente ligado a uma tarefa de “desassujeitamento em relação ao jogo da política do poder e da verdade” (FOUCAULT, 2002, p.32).

Para Foucault, portanto, a menoridade corresponde a uma relação viciada entre o governo de si e dos outros. Assim, para além da definição da *Aufklärung*, há o interesse pelo modo concreto pelo qual Kant vai tratar de “redistribuir a relação entre governo de si e governo dos outros” (FOUCAULT, 2008, p.32), quanto

ao uso da razão em sua dimensão privada e pública.

O uso privado da razão concerne ao seu emprego restrito no âmbito de uma função específica, por exemplo, um cargo público. Já o uso público da razão diz respeito à sua utilização em termos irrestritos, quando o sujeito raciocina sem que esteja atrelado a algum segmento, como membro da humanidade racional. Diante disso, Foucault (2002, p.1385) assinala que para Kant “a *Aufklärung* não é, então, somente o processo pelo qual os indivíduos garantiriam sua liberdade pessoal de pensamento. Existe *Aufklärung* quando há superposição do uso universal, do uso livre e do uso público da razão”. Com efeito, o modo de assegurar o uso público da razão se torna a questão central na discussão levantada por Kant. Questão essencialmente política, a qual consiste em saber como o uso da razão pode tomar a forma pública que lhe é necessária. O requisito ético que impele o sujeito a caminhar em direção à maioria deve encontrar as condições para que a realização desse objetivo seja possível.

Desse modo, temos que a *Aufklärung* concerne à relação que o sujeito deve manter consigo mesmo para, saindo da menoridade, conduzir-se a si mesmo em uma tarefa que requer, sobretudo, coragem. No entanto, sua realização depende também de circunstâncias externas aos indivíduos. Enquanto problema político, a *Aufklärung* sinaliza a conjunção entre racionalidade e poder — precisamente o excesso de poder provocado pelo desenvolvimento das técnicas políticas. Nesse sentido, Foucault entende que a *Aufklärung* reativa os arranjos entre governo de si e dos outros, desde a Antiguidade Grega. Explica-se, assim, a decisão do professor do Collège de iniciar o curso de 83, voltado às práticas parresiásticas gregas, com a releitura do texto kantiano. Em nosso entendimento, não pensamos que com aquela aula de 5 de janeiro de 1983 ele propunha a seus ouvintes que discutissem Kant e o sistema de pensamento desse autor. O tema da *Aufklärung*, na epígrafe do curso, sinaliza a continuidade da questão do governo (indicada no título do curso – O governo de si e dos outros) sob a perspectiva da crítica. Assim, Foucault entende que é importante demonstrar os deslocamentos dessa problemática que se forma na política grega e constitui um problema central para a modernidade no que tange à compreensão de nossas relações uns com os outros.

Considerações finais

Com a atitude crítica se reafirma o exame das práticas no percurso intelectual de Foucault. Desde seus primeiros estudos, o autor se concentra no exame das práticas discursivas para depois lançar luz sobre o fato de que dos discursos decorrem efeitos de poder. Discurso e poder colocam em cena o problema da verdade como algo fabricado pelas práticas que nos constituem no interior da história e que pode ser compreendida em sua singularidade. Nisso consiste a atividade crítica sobre o presente que dirige seu olhar para nossas relações sociais, utilizando-se de da arqueologia e da genealogia.

A crítica marca os últimos trabalhos do genealogista junto à reflexão acerca do papel da filosofia na atualidade, quanto à problematização de nossa experiência política. Portanto, nos últimos estudos do autor francês a crítica é pensada na chave da governamentalidade. Desde 78, a preocupação em conceituar a crítica — e com isso pensar seu próprio pensamento — amplia e passa a ser melhor compreendido pelo próprio autor que, lendo-se a si mesmo, consegue precisar melhor seu projeto e como pensa a própria filosofia.

O lastro da crítica na contraconduta modifica a Crítica kantiana e enfrenta a questão da *Aufklärung*. Certamente, isso produz um efeito muito particular quanto à leitura que Foucault realiza dos textos kantianos. Seu interesse por Kant se dá no sentido de afirmação de um projeto crítico- filosófico próprio e original que dê conta de pensar as imbricações que envolvem a aproximação sempre problemática entre filosofia e poder. Colocar a questão da *Aufklärung* a partir das relações de saber-poder pressupõe desvencilhar-se de qualquer apelo transcendente de modo a compreender os acontecimentos em sua absoluta imanência, sem procurar dar a ele qualquer sentido ulterior ou transcendente.

Diante disso, verificamos que a atitude crítica é, antes de tudo, um *éthos* que assinala um modo de comportamento típico da modernidade de enfrentamento à governamentalização da sociedade. Um comportamento que coloca em questão a própria modernidade. A atitude crítica é qualificada, assim, como uma virtude que deixa em aberto as possibilidades de ser, pensar e agir diferentemente dos constrangimentos das conduções de conduta.

Referências

ADVERSE, O que é ontologia do presente ?. In: *Nuntius Antiquus*. Belo Horizonte, n.6, 2010.

BUTLER, J. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 22, 2013.

CREMONESI, L. *Askêsis, ethos, parresia: pour une généalogie de l'attitude critique*. In: LORENZINI, D; REVEL, A; SFORZINI, A (org.). *Michel Foucault Éthique et vérité (1980-1984)*, 2013.

FOUCAULT, M. *Dits et écrits I e II (1954-1988)*. Paris: Gallimard, 2001.

FOUCAULT, M. *Le gouvernement de soi et des autres: cours au Collège de France, 1982-1983*. Paris: Gallimard/ Seuil, 2008.

FOUCAULT, M. *Gênese e Estrutura da Antropologia de Kant*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Loyola, 2011

FOUCAULT, *Qu'est-ce que la critique? suivi de la culture de soi*. Paris: Vrin, 2015, p. 34.

FOUCAULT, M. *Dire vrai sur soi-même: conférences prononcées à l'Université Victoria de Toronto*. Paris: Vrin, 2017.

SENELLART, "A crítica da razão governamental em Michel Foucault". In: *Tempo Social; Rev. Social*. São Paulo, v. 7, n. 1-2,1995, p. 5.

Recebido em: 02/2024
Aprovado em: 07/2024